ANISTIA INTERNACIONAL
COMUNICADO À IMPRENSA

Índice AI: AMR 19/009/2002 (Público)
Informativo No: 115/02
5 de julho de 2002

Brasil: A Justiça acena no Espírito Santo

A decisão histórica de membros do Conselho dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, no sentido de recomendar a intervenção federal no Estado do Espírito Santo, é um passo de importância decisiva na luta contra o crime organizado, a violação dos direitos humanos e a impunidade no Brasil, declarou hoje a Anistia Internacional.

Durante muitos anos crimes de assassínio, violência e corrupção, atribuídos à organização policial Scuderie Detetive le Cocq (SDLC) e a poderosos grupos econômicos e políticos do Estado, permaneceram impunes.

A decisão destaca a omissão fundamental das autoridades estaduais de investigar os abusos sistemáticos dos direitos humanos que ocorrem há tantos anos no Espírito Santo, bem como o alto grau de corrupção reinante nos escalões executivos e legislativos do Estado.

A organização reconhece que a decisão tomada hoje não teria sido possível sem a luta incessante que a comunidade de direitos humanos do Estado empreende contra a persistência da impunidade e a despeito de constantes ameaças de morte,intimidação e ataques.

A decisão de implementar a intervenção federal plena cabe agora ao Procurador-Geral da República e ao Supremo Tribunal Federal. A Anistia Internacional roga aos mesmos que façam uso dessa oportunidade para garantir os direitos humanos de todos os brasileiros.

A Anistia Internacional espera que a decisão acarrete a abertura de processo legal contra os responsáveis pela morte de, entre muitos outros, o Padre Gabriel Maire, Jean Alvez da Cunha, Carlos Batista, José Maria Feu Rosa, Paulo Damião Tristão, Valdicio Barbosa dos Santos e Marcelo Denadai.

Informação de base:

Em 1997 o Congresso Brasileiro instituiu uma Comissão Parlamentar Federal de Inquérito para investigar o narcotráfico. Pelo menos um quarto do relatório final referiu-se à situação no Espírito Santo, com a denúncia dos ocupantes de altos cargos, inclusive o presidente da Assembléia Legislativa, juízes importantes e policiais poderosos, por vários crimes que incluíam do homicídio à evasão fiscal.

Documento Público
****
Para maiores informações, entre em contato com ao serviço de imprensa da Anistia Internacional em Londres, Reino Unido, pelo telefone +44 20 7413 5566
Anistia Internacional, 1 Easton St., London WC1X 0DW. web:

http://www.amnesty.org

Para as últimas notícias sobre direitos humanos, veja
http://news.amnesty.org